



124

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

HABEAS CORPUS Nº 0313713-3

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000361-20.2013.8.17.0840

COMARCA : Joaquim Nabuco – Vara Única
IMPETRANTE : Valério Silveira Lima
PACIENTE : José Maurício de Lima
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida - Juiz Convocado
SUBSTITUTO

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. MOTIVAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Afigura-se necessária a manutenção da prisão preventiva quando lastreada na extrema gravidade das circunstâncias em que o crime foi praticado, não havendo que se falar em ausência de fundamentação do decreto preventivo.

II – As condições pessoais favoráveis do agente não asseguram a liberdade provisória quando presentes circunstâncias que justificam a segregação cautelar. Precedentes.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0313713-3, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 2 de outubro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



145

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

HABEAS CORPUS Nº 0313713-3

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000361-20.2013.8.17.0840

COMARCA : Joaquim Nabuco – Vara Única

IMPETRANTE : Valério Silveira Lima

PACIENTE : José Maurício de Lima

PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida - Juiz Convocado

SUBSTITUTO

RELATÓRIO

O advogado **Valério Silveira Lima** impetrou a presente ordem de *Habeas Corpus* liberatório em favor de **José Maurício de Lima**, sob a alegação de que o paciente, preso em 20 de junho do corrente ano, vem sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação da decisão que decretou sua prisão preventiva no âmbito do processo-crime nº **000361-20.2013.8.17.0840** a que responde perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Joaquim Nabuco, neste Estado, pela suposta prática de crime de homicídio.

O impetrante argumenta notadamente que o paciente não praticou o crime a lhe foi imputado, que ele goza de condições pessoais favoráveis e que a decisão não encontra amparo em qualquer das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 7/151.

Ante a ausência de postulação liminar, solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 163/164.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer (fls. 168/170) opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 2 de outubro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



176

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

HABEAS CORPUS Nº 0313713-3

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000361-20.2013.8.17.0840

COMARCA : Joaquim Nabuco – Vara Única
IMPETRANTE : Valério Silveira Lima
PACIENTE : José Maurício de Lima
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida - Juiz Convocado
SUBSTITUTO

VOTO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório em que o impetrante alega que o paciente, preso em 20 de junho do corrente ano, vem sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação da decisão que decretou sua prisão preventiva no âmbito do processo-crime nº **000361-20.2013.8.17.0840** a que responde perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Joaquim Nabuco, neste Estado, pela suposta prática de crime de homicídio.

O impetrante argumenta notadamente que o paciente não praticou o crime a lhe foi imputado, que ele goza de condições pessoais favoráveis e que a decisão não encontra amparo em qualquer das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal.

O paciente foi denunciado como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos I, II e IV, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal.

O fato delituoso imputado ao paciente ocorreu em 21 de abril do corrente ano e, ao receber a denúncia em 7 de junho, a magistrada processante decretou a prisão preventiva do paciente com lastro nos seguintes fundamentos (fls. 69/70):

"(...) enxergo prova da existência do crime de homicídio qualificado, bem como de indícios de autoria intelectual no bojo dos testemunhos tomados na esfera policial que serviram como supedâneo ao oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, ora recebida neste ato judicial. Sem desconhecer o entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de que a mera gravidade em abstrato não é suficiente para a decretação da prisão preventiva, o caso concreto apresentado nos autos recomenda a decretação da custódia cautelar, haja vista que há informes nos autos no sentido de que o acusado, por motivos banais, após mera briga por ciúmes, teria, após anunciar em alto e bom som que daquele dia a vítima não passaria, arquitetado sordidamente a morte da vítima, que foi assassinada de forma brutal por dois executores encapuzados, de maneira a denotar que em liberdade ele



177

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

poderá voltar a agir de forma semelhante em situação de entrevero com quem quer que seja, haja vista que restou demonstrado nos autos que o acusado parece ser pessoa vingativa. (...)

Pois bem. Vê-se que a prisão do paciente foi decretada notadamente em virtude da extrema gravidade das circunstâncias em que o crime imputado a ele foi praticado, o que demonstra a necessidade de seu acautelamento provisório com vistas à garantia da ordem pública e à aplicação da lei penal.

À propósito, trago à colação recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. TEMOR DE REPRESÁLIAS CONTRA TESTEMUNHAS. OBSTÁCULO À ELUCIDAÇÃO DO FATO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. DENEGAÇÃO.

1. Evidenciada está a imprescindibilidade da segregação preventiva para o bem da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito em tese praticado e da periculosidade do agente, bem demonstrada pelo modus operandi empregado e pelo motivo em razão do qual teria sido cometido o ilícito. (...)

4. Condições pessoais favoráveis, em princípio, não têm o condão de, por si sós, garantirem a revogação da preventiva, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a imprescindibilidade da sua manutenção, como ocorre na hipótese. 5. Ordem denegada. (HC 205.850/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2011, DJe 19/10/2011)"

Desse modo, não merece acolhimento a alegação de ausência de fundamentação do decreto preventivo.

Cumpre salientar, por pertinente, que condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, desconstituírem a prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis, de ordem objetiva ou subjetiva, que autorizam a manutenção da medida extrema, como é a hipótese dos autos.

A propósito, socorre-nos julgado, do teor seguinte: *"As condições pessoais favoráveis, como primariedade e residência fixa não obstam a prisão provisória, se preenchidos os requisitos da cautelar, nos termos do artigo 312 do*



178

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Código de Processo Penal. Ordem denegada. (HC 153.823/SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJ de 25/04/2011)

E, ainda, entendimento consolidado desta Corte de Justiça, a saber:
"Súmula 86/TJPE – As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva."

Vale ressaltar que a tese de negativa de autoria repisada pelo impetrante na inicial é questão que não pode ser dirimida em *habeas corpus* por demandar o reexame aprofundado das provas colhidas no curso da instrução criminal, vedado na via sumária eleita.

Isto posto, em consonância com o posicionamento ministerial,
DENEGO a ordem.

É como voto.

Recife, 2 de outubro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto